

Por que incorporar a Tecnociência Solidária na Política de Inovação da Unicamp?

Renato Dagnino

Julho 2020

Em 26/11/2019, o CONSU da Unicamp, formalizando medidas de política universitária relacionadas à Extensão, Pesquisa e Ensino há muito em implementação, aprovou sua Política Institucional de Inovação.

E, em 04/05/2020, criou um GT com a missão de conceber uma forma de incrementar as atividades da Universidade que visem à "... redução de desigualdades sociais, econômicas, raciais, de gênero e de outras ordens ..." envolvendo "... iniciativas da Unicamp e da sociedade em economia solidária e arranjos produtivos alternativos às empresas privadas..." mediante "... a realização de projetos tecnocientíficos orientados à adequação sociotécnica e à tecnologia social...".

Incumbiu-se o GT integrado por nove docentes entre os quais me incluo de à semelhança do que ocorre em relação às empresas privadas, e tendo por base esse espaço institucional, "estimular e apoiar a atividade que gere inovação para (...) empreendimentos solidários, organizações da sociedade civil e segmentos de atuação estatal, inclusive na atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisas, desenvolvimento e inovação no Parque Científico e Tecnológico da Unicamp."

A proposta original de Política de Inovação formulada pela sua Agência de Inovação (Inova) mantinha o viés empresarial da atuação da Unicamp. Ela sequer mencionava a possibilidade de que iniciativas como essas fossem objeto de apoio da direção da Universidade.

Aproveitar a janela de oportunidade que foi aberta, antes mesmo que a pandemia revelasse a urgência da satisfação a demanda cognitiva embutida nas necessidades materiais dos mais pobres e de modo quase pioneiro entre universidades similares à Unicamp, passou a ser o desafio do GT.

Para tanto, considerou-se que já existem na Unicamp duas precondições. A primeira - de alta resiliência, mas de baixa visibilidade - é o conhecimento e experiência acumulados graças a um esforço de décadas de integrantes de nossa comunidade que "remam contra a corrente" para orientar suas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

A segunda precondição - em geral efêmera, mas de alta visibilidade - é nossa capacidade de mobilização e convencimento, que ficou demonstrada pelos acontecimentos que levaram à modificação da proposta original e à criação do GT.

De fato, logo que a ADUNICAMP tomou conhecimento da proposta que, como se soube depois, vinha sendo gestada há tempos, convidou o presidente da Inova para um debate que ocorreu em 18.11.19

(https://www.youtube.com/watch?v=sIsg_ZUZy-Y).

Depois do debate, seu presidente e o autor do presente texto publicaram, em 21.11.19, um artigo

(<http://adunicamp.org.br/novosite/alertas-quanto-a-proposta-de-politica-de-inovacao-da-unicamp/>) em que se criticava de vários ângulos a proposta. Ali se apresentava as

razões que deveriam mobilizar professores, estudantes e funcionários para impedir a institucionalização de uma prática “inovacionista” que se considerava inadequada por estar focada exclusivamente na empresa.

Nele se argumentava que (1) a evidência empírica mostra que as empresas “brasileiras” que a proposta dizia querer beneficiar estão muito pouco interessadas no conhecimento tecnocientífico que podemos produzir e no pessoal que formamos; (2) elas absorvem apenas 20 dos 160 milhões de brasileiros em idade de trabalhar; (3) há mais de 80 milhões destes, que também contribuem para pagar nosso salário, que nunca tiveram nem terão emprego formal; (4) eles só poderão sair da “economia infernal” através da economia solidária e com o concurso de uma tecnociência solidária - original e complexa - que nos cabe ajudar a projetar; (5) nosso ideal de universidade interdisciplinar, plural e pública exige que sejamos democráticos também “para dentro” e que isso demanda que todos que a integram possam aqui praticar o conhecimento que precisam para materializar sua condição de cidadãos.

Para aproveitar as duas precondições recém indicadas - conhecimento e experiência, e capacidade de mobilização e convencimento - e deslançar o processo de “inovar” com responsabilidade as atividades tecnocientíficas da Universidade, o GT considerou imprescindível veicular junto à comunidade as ideias que defende - ainda pouco conhecidas e contra-hegemônicas - de modo organizado e sistemático.

E que um estilo de trabalho transparente e participativo (que será viabilizado pela adesão dos “remadores”) é o que permitirá a construção da terceira precondição que nossa universidade precisa para se tornar mais responsável.

A institucionalização das iniciativas que se encarregou o GT conceber e materializar não pode ficar apenas “no papel”. Sua incipiência e, principalmente, originalidade contrastam com as atividades que sistematicamente desenvolvem as incubadoras de empresas e outros arranjos há mais de quatro décadas com uma ampla gama de apoios - diretos e indiretos, materiais e imateriais - disponibilizados pela Universidade ou angariados por seu intermédio.

São essas duas características - incipiência e originalidade - que, inversamente, devem orientar a direção da Universidade para decidir o apoio que deverá proporcionar a essas iniciativas. E é evidente de que sem um vetor coerente com a importância que em todo o mundo hoje se confere ao que tenho denominado Tecnociência Solidária como um insumo fundamental para nossa sobrevivência, nossa Política de Inovação será apenas mais um “papel” informático disfuncional, esquecido nalguma “gaveta” cibernética do nosso “armário” de big data.

PS: É por tudo isso que o GT decidiu organizar o Seminário “Como incorporar a Tecnociência Solidária à Política de Inovação da Unicamp?” para o qual estamos agora lhe convidando!